



Seu País

Nuvem negra sobre a eminência parda

ELEIÇÃO NA CÂMARA Eduardo Cunha não emplaca seu candidato a sucessor e já não conta com a maioria

POR RODRIGO MARTINS

No mesmo dia em que Dilma Rousseff confirmou que vai pessoalmente ao Senado para se defender do *impeachment*, Eduardo Cunha, o grande promotor do golpe, sentiu o dissabor de ver sua base de apoio esfacelar-se aos olhos de todos. Na quarta-feira 13, em entrevista à Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, a presidenta afastada observou que não abrirá mão do direito de falar aos senadores, e aproveitou a oportunidade para opinar sobre a sucessão na Câmara, antecipada pela

renúncia do peemedebista, réu no Supremo Tribunal Federal (STF) e recordista de inquéritos na Lava Jato. “A Câmara hoje tem a oportunidade de se reerguer e tenho certeza de que a maioria dos deputados tem compromisso com o País.”

O resultado da eleição está longe de confirmar tal prognóstico, ainda assim há um fato a ser celebrado: Cunha não tem mais o controle da maioria parlamentar. Ao abdicar do comando da Câmara, o deputado evitou que o processo de cassação de seu mandato chegasse ao plenário antes do recesso. Não conseguiu, porém, emplacar

Rogério Rosso, líder do PSD e homem de sua estrita confiança, para sucedê-lo no cargo. Em votação que se arrastou pela madrugada da quinta-feira 14, seu candidato acabou derrotado por Rodrigo Maia, do DEM. Horas depois, na Comissão de Constituição e Justiça, uma nova derrota: os recursos apresentados por sua defesa acabaram integralmente rejeitados pela maioria do colegiado.

Primeira opção do Planalto, Rosso acabou prejudicado pela pulverização de candidaturas do Centrão, outrora conhecido como “baixo clero”, um aglomerado de partidos pequenos e médios, quase sempre movidos por interesses fisiológicos, que ganhou projeção sob a batuta de Cunha, principal regente da orquestra. O novo presidente da Câmara não representa, porém, qualquer ameaça ao antecessor ou ao governo interino. Maia foi um dos articuladores do *impeachment* de Dilma, atuou em sintonia com Cunha nos últimos anos, além de ser um devoto defensor da regressiva agenda econômica de Michel Temer.



Anúncio. Em coincidência com a derrota do grande promotor do *impeachment*, Dilma Rousseff anuncia que estará no plenário do Senado para a sua defesa



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 28

São Paulo. Crime sexual
cerca a tribo da periferia



ROBERTO STUCKERT FILHO/PR, FÁBIO
RODRIGUES POZZEBOM/ABR E JOSÉ CRUZ/ABR

Contrastes. Alegria cerca
a vitória de Rodrigo Maia
e Cunha amarga a derrota

Foi pelas mãos de Cunha que o parlamentar fluminense assumiu a relatoria da reforma política em 2015, para citar um exemplo. Filho do ex-prefeito do Rio de Janeiro Cesar Maia, o novo presidente da Câmara apresenta como prioridades a Proposta de Emenda Constitucional que institui um teto para os gastos públicos, a renegociação das dívidas dos estados, o projeto que libera a Petrobras de participar das explorações do pré-sal e a Reforma da Previdência, entre outras propostas patrocinadas pelo Planalto. Embora não seja formalmente investigado, Maia é um dos citados na Lava Jato pelo delator Léo Pinheiro, da empreiteira OAS.





Combatente.

A denúncia do golpe
mais uma vez
ficou por conta
da indômita
Luiza Erundina

A eleição do deputado representa, ainda, o fortalecimento da tradicional oposição de direita aos governos petistas. Sua candidatura uniu PSDB, DEM, PPS e PSB, bloco que perdeu protagonismo para o Centrão na gestão Cunha. “Nos últimos anos, aumentou muito o número de legendas representadas na Câmara, e a janela partidária contribuiu para a pulverização. Esse pessoal sentiu-se mais forte, porque fez a diferença no *impeachment* de Dilma. Saiu do cobertor do governo, quando percebeu que ele não contemplaria suas expectativas, e apostou na mudança”, analisa o deputado Silvio Torres, secretário-geral do PSDB.

Com a vitória de Maia para um mandato-tampão de pouco mais de seis meses, os tucanos não escondem a intenção de apresentar um candidato do partido nas próximas eleições da Câmara. “Vamos ter um nome para apresentar em

Maia não é ameaça para Temer ou seu antecessor, articulador do *impeachment*, sempre ao lado de Cunha

2017 e o PSDB é o maior partido do bloco. Poderá tomar essa iniciativa com toda a legitimidade. O mais importante, contudo, é manter a unidade e tentar agregar mais apoios”, emenda Torres.

Embora integrantes do núcleo do governo tenham manifestado publicamente sua predileção por Rosso, o presidente interino orientou sua equipe a não entrar em bolas divididas com Maia, também considerado um aliado. O Planalto atuou, porém, para desidratar a candidatura do

peemedebista Marcelo Castro – este, sim, visto como uma ameaça. Em uma das frentes para miná-lo, o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, buscou reverter votos da bancada do PMDB de Minas Gerais com acenos de cargos públicos, segundo relatos vazados à mídia.

Ex-ministro da Saúde de Dilma, Castro reassumiu o mandato parlamentar para votar contra o *impeachment*, além de ter um histórico de enfrentamento a Cunha. Recusou-se, por exemplo, a obedecer cegamente às ordens do então presidente da Câmara quando relatou os trabalhos da Comissão Especial da Reforma Política, razão pela qual acabou substituído por Maia. Não por acaso o peemedebista recebeu o apoio do líder da bancada petista, Afonso Florence, além de amear votos de diversos parlamentares da oposição ao governo Temer.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR E MARCELO CAMARGO/ABR



“Castro tem perfil muito distinto de Cunha, sabe respeitar a convivência democrática”, resume Jandira Feghali, do PCdoB, líder da Minoria na Câmara. “Temer não gostaria de ver os tucanos tão fortalecidos, mas, no essencial, sabe que não há diferenças significativas entre Rosso e Maia. Ambos defendem o projeto golpista de seu governo.”

Antes de o PT declarar apoio a Castro, o partido flertou com Maia. A aproximação despertou reações de parlamentares da legenda, que, ao cabo, decidiu proibir alianças com qualquer candidato que tenha votado a favor do impedimento de Dilma. “Não consigo entender como alguém de esquerda, verdadeiramente de esquerda, pode ficar feliz com a vitória de Maia”, desabafou o senador petista Lindbergh Farias, em vídeo divulgado pelas redes sociais. “Como podemos lutar pela volta de Dilma no fim de agosto e sujar as mãos com a eleição dele para a presidência da Câmara?”

Durante o processo eleitoral, a “denúncia do golpe” ficou mais uma vez a cargo de Luiza Erundina, que amealhou 22 votos no primeiro turno da votação, quase o quádruplo do número de deputados de seu partido, o PSOL. O mais emblemático gesto de resistência a Cunha, convém lembrar, partiu dessa valente mulher de 81 anos, que por duas ocasiões teve a ousadia de tomar a cadeira que o peemedebista, beneficiado pela letargia do Judiciário, não deveria mais ocupar. Erundina antecipou-se à angustiante espera pela decisão do STF, que demorou 141 dias para julgar o pedido de afastamento do parlamentar.

Agora, Cunha ressentido-se com a progressiva perda de controle sobre os rumos



Um lado e outro. Rogerio Rosso não vingou, assim como Marcelo Castro, por Temer encarado, porém, como ameaça



da Câmara. Horas após ver seu preposto derrotado nas eleições legislativas, amargou uma dura derrota na CCJ. De nada adiantaram as sucessivas manobras protelatórias encampadas por aliados. Por larga maioria, o colegiado rejeitou todos os recursos apresentados por sua defesa. O processo de cassação está pronto para ser levado ao Plenário, tão logo os deputados retornem do recesso, no início de agosto. O peemedebista antecipou, porém, que vai recorrer ao STF. “Tenho direito a muitos recursos e vou fazê-los para exercer meu direito de defesa.”

Sem muita habilidade para esconder suas pegadas, o Planalto fez o que pôde para salvá-lo. Dois dias após receber Cunha no Palácio do Jaburu, numa noite de domingo e sem registro na agenda oficial, Temer encontrou-se com Osmar Serraglio, presidente da CCJ, durante uma

viagem ao Paraná, em 28 de junho. Coincidentemente, nesse mesmo dia, o deputado Ronaldo Fonseca, líder do PROS, foi nomeado para relatar o recurso apresentado à Comissão por Cunha, seu aliado.

Novas digitais do governo emergiram na trama. Pouco antes de divulgar seu parecer, favorável ao retorno do processo para o Conselho de Ética, Fonseca pôde confirmar no *Diário Oficial da União* de 6 de julho a nomeação de José Ricardo Marques, seu apadrinhado, para a direção do Arquivo Nacional. Com a renúncia de Cunha à presidência da Câmara, Serraglio voltou a manobrar. Cancelou a sessão da CCJ prevista para a segunda-feira 11, na qual começaria a discussão e votação do caso.

Seu País

Não era um dia qualquer. Sem votações previstas no plenário da Casa, seria possível avançar os trabalhos sem interrupções, o que permitiria a análise final da cassação antes do recesso. Não bastasse, na quarta-feira 13, vencidos todos os recursos da turma de Cunha, o presidente da CCJ encerrou a sessão precocemente, por volta das 17h15, com a justificativa de que a eleição do novo presidente da Câmara estava prestes a começar.

A decisão revoltou adversários de Cunha, que começaram a bater as mãos sobre as bancadas, aos brados: “Vergonha! Vergonha!” Segundo o deputado Alessandro Molon, líder da Rede, a eleição da Câmara havia sido reagendada para as 19 horas. Haveria, portanto, tempo hábil para votar o relatório de Fonseca. “Cunha apostou na eleição de um aliado para a presidência da Câmara, confiando que ele passaria a tomar decisões para beneficiá-lo e salvá-lo desde o primeiro dia de mandato.”

De fato, o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, remarcou o horário do pleito diversas vezes, pondera o petista Wadih Damous. “Maranhão é conhecido por todos nós como alguém que sobe e desce o tempo todo, um verdadeiro ioiô. Mas há um mecanismo nas comissões que acende uma luz vermelha no momento em que a ordem do dia se inicia no plenário e, somente então, os trabalhos devem ser encerrados.”

Desmoralizado após a sequência de manobras, Serraglio justificou que a CCJ não poderia ficar refém da inconstância de Maranhão. É difícil engolir, porém, as desculpas. Em abril, o deputado paranaense uniu-se a Paulinho da Força, do Solidariedade, na negociação de uma espécie de venda casada: a cabeça de Dilma Rousseff em troca de um indulto para o então presidente da Câmara. “Eduardo Cunha exerceu um papel fundamental para aprovarmos o *impeachment*. Merece ser anistiado”, afirmou ao site Con-



Osmar Serraglio, sempre em manobra, cancelou a sessão da CCJ marcada para segunda-feira 11

gresso em Foco, às vésperas da sessão da Câmara que aprovou o afastamento da presidenta. No início de maio, ele foi eleito presidente da CCJ, com o beneplácito do ex-presidente da Casa.

O deputado Ivan Valente acredita que o governo interino continuará atuando em favor do aliado. “Cunha conhece os segredos da cúpula do PMDB, de deputados e senadores, intimida o próprio Temer. Prova disso é que conseguiu emplacar André Moura como líder do governo na Câmara, ainda que o aliado seja réu em vários processos no STF, investigado até por tentativa de homicídio”, diz. Ainda





Interpretações.

Molon aponta para a aposta errada de Cunha, mas Valente (abaixo) acredita que o governo interino continuará a favorecer seu natural aliado



assim, o parlamentar do PSOL considera irreversível a perda do mandato de Cunha. “Com o voto aberto para a cassação de deputados, fruto de uma longa batalha que travamos aqui na Câmara, acho muito difícil que ele escape dessa.”

Avaliação sobre o destino de Cunha é compartilhada por Torres, do PSDB. “Ele caminha para a irrelevância daqui para a frente. Não tenho a menor dúvida de que em agosto ele estará cassado e terá de dedicar muito mais atenção à defesa dos processos contra ele no STF.”

De fato, a cada dia que passa, novas provas e depoimentos complicam ainda mais a vida do peemedebista no Judiciário. Em sua delação premiada, Fábio Cleto, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, acusou Cunha de usar o banco estatal para prejudicar adversários. De acordo com uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, uma das vítimas foi o empresário Benjamin Steinbruch, da Companhia Siderúrgica Nacional.

Em outubro de 2014, a empresa pleiteou financiamento do Fundo de Investimento do FGTS, por meio de emissão de debêntures, no valor de 1,2 milhão de reais para a ampliação do Porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro. Cleto informou Cunha sobre a proposta, de tramitação sigilosa. O deputado alertou ao apadrinhado que tinha um relacionamento ruim com Steinbruch, e solicitou que ele

rejeitasse a operação. Cleto admitiu, então, ter pedido vista do processo, o que atrasou a análise em mais de um ano.

O delator também confirmou as revelações feitas anteriormente pela Carioca Engenharia. Em delação premiada, um dos proprietários da empresa, Ricardo Pernambuco, havia dito que repassou 52 milhões de reais em propinas a Cunha por causa de suas intervenções na Caixa. As gestões ilegais estariam relacionadas a operações de crédito com o FI-FGTS para a construção do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Para que a operação de crédito tivesse sucesso com a Caixa, o presidente afastado da Câmara usava seu apadrinhado no banco para autorizar as liberações de dinheiro. Em delação, Cleto afirmou que Cunha ficava com até 80% dos recursos desviados do esquema no FGTS. O ex-diretor do banco afirma que cabia ao corretor de valores Lúcio Funaro e ao próprio parlamentar a cobrança das propinas das empresas interessadas em captar recursos do fundo.

Essas são apenas as mais recentes revelações de uma extensa e interminável lista de crimes atribuídos ao ex-presidente da Câmara, por diversos delatores. Além do pendente pedido de prisão apresentado ao STF, a Procuradoria-Geral da República também pede que a Corte condene o parlamentar a ressarcir os cofres públicos em 298,8 milhões de reais.

O montante refere-se à soma da indenização requerida em três diferentes denúncias – em duas delas, os ministros do Tribunal o converteram em réu. O peemedebista responde por crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Caso venha a ter o mandato cassado, perderá direito ao foro privilegiado, e o caso pode ser remetido a Curitiba.

“Esse é, sem dúvida, o maior temor dele”, opina Valente, do PSOL. “No segundo semestre, Cunha não apenas pode perder o mandato, como ser preso. Por isso, está tão desesperado na busca para agarrar-se.”

ANTONIO CRUZ/ABR, LUIS MACEDO E ANANDA BORGES

